

OS EXAMES:

Português e História em 1960 e 1996

Em 1996, os jovens que frequentaram o ensino secundário foram avaliados, não através dos testes feitos pelos seus professores sobre bocados da matéria, mas de forma um pouco mais exigente. Depois de vinte anos de abstinência, realizavam-se exames nacionais. Os filhos da Reforma, os meninos educados ao abrigo da Lei de Bases aprovada no Parlamento em 1986, tinham chegado ao 12.º ano.

Ninguém estava preparado para o que se passou. Em cinco provas — Matemática, Latim, Física, Química e Alemão — mais de metade dos estudantes obteve negativas, algumas tão baixas quanto 3, 4 e 5. Os alunos pareciam ter passado anos e anos na escola sem aprender fosse o que fosse. Os pais ficaram furiosos, os meninos confusos, o País atónito. Os jornais encheram-se de títulos negros: «E não se pode

exterminar os exames?», «No superior entram alunos com 4,8 valores», «Professores nos bancos dos réus».

O ministro Marçal Grilo não teve outro remédio que não o de conceder, em certas disciplinas, um «bónus» de 2 valores. Sem este presente administrativo, certas Faculdades, aquelas onde 2+2 não é 5, corriam o risco de desertificação. As coisas não ficaram por aqui. No início do ano escolar, o ministro publicava um despacho normativo, alterando o previsto por Couto dos Santos em 1993. Passei horas a tentar perceber o truque. Descobri-o, na alteração ao art. 42.

Ei-la, a nova equação:

$$CFD = \frac{7 \text{ CIF} + 3E}{10}$$

A CIF — a avaliação interna feita pelo docente na turma — passava a ter mais peso na CFD — a classificação final — do que a nota dos exames — a E. Esta engenharia era, dias depois, apresentada pela secretária de Estado da Educação e da Inovação (note-se o segundo qualificativo) à imprensa. Ana Benavente reconhecia a existência de «um verdadeiro insucesso estrutural», após o que acrescentava: «Com toda a evidência, estes resultados são um elemento de diagnóstico das fragilidades estruturais do nosso sistema de ensino [...]. Devemos portanto procurar nos *currícula*, nos programas, na articulação entre os diferentes níveis de ensino, nos regimes de avaliação, nas condições efectivas em que decorre a relação pedagógica,

os elementos estruturantes de um processo de que os exames não são mais do que um revelador parcial.» Ao menos, não remetia tudo para as obscuras páginas do *Diário da República*.

Mas convém desconfiar dos governantes. A justeza deste princípio foi imediatamente confirmada. Depois de ter minimizado o valor dos exames — os quais, na sua opinião, não deveriam ser vistos como corridas de obstáculos — a secretária de Estado anunciou a criação de um novo organismo, o Gabinete de Avaliação Educacional. Antes de reunir, este estipulou que, na ponderação final da nota, os exames desceriam de 40% para 30%. Não é difícil prever o tipo de classificações que os alunos irão ter na avaliação contínua. Uma professora de História do 12.º ano, com quem conversei, confirmou os meus receios. Dos seus 23 alunos, globalmente tidos como razoáveis, só dois tinham tido positiva no exame. Um conseguira um 10, o outro um 11; os restantes 21 não haviam chegado à fasquia.

Não atribuo aos exames um valor inquestionável. Toda a gente conhece casos de bons alunos que, perante o *stress* de um exame, se vão abaixo. Isso não invalida a sua utilidade. Aliás, o facto de os estudantes se terem desabituatedo deste tipo de provas tem contribuído para aumentar o estado de ansiedade quando com elas confrontados. Também os exames fazem, deviam fazer, parte da aprendizagem.

Com filhos adultos, não me apercebera do que se estava a passar nas escolas secundárias. Por vezes, ouvia rumores. Que o tipo de alunos tinha mudado, que

a desordem crescera nas turmas, que os professores tinham dificuldade em se fazerem compreender. Mas não lhes dei ouvidos. Só quando, pela imprensa, reparei que milhares de jovens jamais tinha feito um exame na vida, me inquietei. Olhei à volta. Vi liceus transformados em depósitos de adolescentes, os quais, por não encontrarem emprego, tentavam adiar a entrada no mercado de trabalho.

Uma vez concentrada no tema, os sinais chegavam-me de todos os lados. No *Público* de 31 de Julho, uma leitora, Rita Paixão Lopes, relatava que, ao longo de 11 anos de escolaridade, jamais fizera um exame. Até ao 10.º ano, fora avaliada de forma contínua, o que, como ela confessava, lhe tinha permitido «curtir» a vida. Em Junho, confrontada com o enunciado de um exame, enervara-se, acabando por trocar «a época dos filósofos». O resultado não fora famoso.

A 14 de Janeiro, um órgão que se quer independente, o CNEES, (Conselho Nacional de Exames do Ensino Secundário) mas presidido por um alto funcionário do Ministério, divulgava um relatório sobre o Secundário. Apesar de «não partilhar da visão catastrofista» da comunicação social, o Prof. Paiva Campos reconhecia a existência de erros no enunciado das provas, o baixo nível das classificações, as discrepâncias nas correcções nos exames e a desproporcionada extensão dos programas. Estes seriam «versões compactadas de planos de licenciatura, numa espécie de novo-riquismo educativo que só pode trazer maus resultados». Pressionados, os professores teriam deixado de ser «parceiros da descoberta». No fi-

nal, propunha a abolição das provas globais e uma maior articulação entre o Básico e o Secundário. O relatório terminava de forma interrogativa: «A análise dos exames nacionais de 96 sugere um longo caminho [...]. Queremos e saberemos percorrê-lo?» Tenho dúvidas.

Até porque, entretanto, também eu fizera o trabalho de casa. Falara com professores, entrevistara pais, espreitara cadernos escolares. Vi, por exemplo, o horário do 12.º ano de uma escola secundária de Lisboa. Exceptuando as sextas-feiras, quando saíam ao fim da manhã, os alunos tinham aulas, quase seguidas, das 8.10 da manhã às 18.30! Como exigir, nestas condições, que os adolescentes se concentrem durante as lições ou que, ao fim do dia, lhes apeteça ler um livro? Depois de um dia destes, estão exaustos.

E não são só eles. Não é por acaso que os professores mencionam frequentemente o estado de desmoralização do corpo a que pertencem. Com a democratização do ensino, a profissão proletarizou-se. Hoje, só vai para «stôr» quem não encontra outro emprego. Digam o que disserem as estatísticas internacionais, os professores ganham pouco, o seu prestígio está em queda, a quantidade de trabalho aumentou. Além disso, os docentes estão sujeitos a uma série aleatória de deslocações. Um dos problemas mais graves das escolas, sobretudo no interior, reside exactamente na instabilidade do seu corpo docente. Em vez de os alunos terem possibilidade de admirar os seus professores, nem sequer chegam a conhecê-los. É a essência da Educação que está em causa.